projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que uma ou outras possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade de bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente;

d) à prática de qualquer ato que, de alguma forma, altere a aparência do bem tombado pelo Município.

IV – Receber e examinar propostas de proteção a bens culturais encaminhadas por associações de moradores e entidades representativas da sociedade civil do Município.

V – Analisar o estudo prévio de impacto de vizinhança, de acordo com a lei federal n°. 10.257 de 10 de julho de 2001, em relação aos aspectos de proteção da paisagem urbana e do patrimônio cultural.

VI – Permitir o acesso, a qualquer interessado, aos documentos relativos aos processos de tombamento e dos estudos prévios de impacto de vizinhança.

CAPÍTULO IV

Das atribuições do Presidente

Art. 6º O presidente do Conselho terá um mandato de 2 anos:

Art. 7º São atribuições do Presidente:

1- Coordenar as atividades do Conselho.

2- Convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros.

3- Organizar a ordem do dia das reuniões.

4- Abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho.

5- Determinar a verificação da presença.

6- Determinar a leitura da ata das comunicações que entender convenientes.